

# Feira do Livro de Lisboa exclui duas editoras sediadas em Ansião por “falta de espaço”

written by José Paulo Santos | 1 de Março, 2026



Há decisões que, sob a aparente neutralidade logística, revelam arquiteturas de poder. A exclusão da DNL Convergência e do Grupo Editorial Divergência da 96.ª Feira do Livro de Lisboa (FLL) é uma delas.

Sob o argumento de “*falta de espaço*”, a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) retira do Parque Eduardo VII um **coletivo de 30 editoras independentes**, ignorando não só cinco anos de presença ininterrupta, **mas também o estado de calamidade em que se encontra Ansião**, concelho sede destas estruturas, após a passagem da tempestade Kristin.

Não se trata apenas de uma questão de metros quadrados. Trata-se de uma escolha política sobre **quem tem direito a estar no centro do debate cultural português**. Como afirma Pedro Cipriano, responsável pela editora: *“Esta não é apenas uma decisão logística, é uma decisão política que favorece os grandes grupos em detrimento das pequenas editoras. É incompreensível que, enquanto o país se solidariza com Ansião devido às tempestades, a associação que nos deveria representar crie novas barreiras à nossa sobrevivência.”*

### **O custo humano e cultural da “falta de espaço”**

A exclusão representa o cancelamento de dezenas de sessões de autógrafos, debates e encontros com leitores – cerca de 10% da programação cultural prevista. Mas os números, por si só, não contam a história completa. O que está em jogo é **a visibilidade de vozes que não se enquadram nos circuitos comerciais dominantes**: poesia de risco, ficção especulativa, literatura regional, autores emergentes, projetos de tradução que apostam na diversidade linguística.

**Arlete Gomes**, responsável pelo Grupo Editorial Divergência, sublinha uma dimensão frequentemente esquecida: a diplomacia cultural. *“Estamos a silenciar a editora que lidera o projeto cultural mais ambicioso financiado pela UE no nosso setor. A APEL está a agir contra o interesse público, prejudicando a comunidade de refugiados e o prestígio internacional de Portugal.”* Refira-se que este coletivo é atualmente a **única estrutura em Portugal a publicar autores ucranianos na língua original**, num gesto de solidariedade concreta que ultrapassa o simbolismo.

### **Bibliodiversidade: um conceito, uma urgência**

O termo **“bibliodiversidade”**, evocado na petição lançada pelo coletivo, não é um neologismo retórico. Inspirado no conceito de biodiversidade, designa a necessidade de preservar um ecossistema editorial plural, onde diferentes vozes, estéticas

e projetos possam coexistir. Quando os critérios de acesso a feiras e circuitos de distribuição privilegiam sistematicamente os grandes grupos, o que se perde não é apenas variedade: perde-se capacidade crítica, inovação estética e justiça cognitiva.

A questão coloca-se em termos filosóficos: **que tipo de cultura queremos construir?** Uma cultura de monocultura, onde apenas os discursos já consagrados pelo mercado têm direito a eco? Ou uma cultura de polifonia, onde o conflito de ideias, a experimentação e a descentralização sejam entendidos como fatores de vitalidade democrática?

### **Transparência e responsabilidade institucional**

A contestação jurídica apresentada pelo coletivo exige transparência nos critérios de rateio de espaços. É uma exigência mínima de boa governança. Num momento em que se fala tanto de descentralização cultural e de apoio às indústrias criativas do interior, a exclusão de uma estrutura sediada em Ansião – concelho em estado de calamidade – soa a contradição flagrante.

Se a APEL pretende assumir o papel de representante do setor, não pode limitar-se a gerir interesses corporativos. Tem de assumir uma responsabilidade pública: garantir que os espaços culturais de referência não se tornem fortalezas inacessíveis, mas praças abertas à diversidade de projetos que fazem a riqueza da edição portuguesa.

### **O que está em jogo para além da Feira**

A petição nacional lançada pelo coletivo (disponível em <https://portal.dnlc.pt/peticao.php>) não é apenas um instrumento de pressão. É um convite à reflexão coletiva **sobre o futuro do livro em Portugal**. Que políticas públicas queremos para apoiar a edição independente? Como garantir que as feiras do livro não reproduzam assimetrias de poder, mas antes as desafiem? De que forma podemos valorizar a descentralização

sem a reduzir a discurso vazio?

Estas perguntas não têm respostas fáceis. Mas é precisamente na dificuldade que reside a urgência de as formular. Como lembrava o filósofo francês Alain, de quem tanto aprecio o método, mais importante do que ter respostas prontas é saber colocar as perguntas certas.

### **Um apelo à escuta**

No fim, o que está em causa é uma questão de escuta. Escutar as editoras que trabalham no interior, muitas vezes em condições de precariedade extrema. Escutar os autores que não encontram espaço nos circuitos dominantes. Escutar os leitores que procuram no livro não apenas entretenimento, mas pensamento crítico, beleza, resistência.

**A Feira do Livro de Lisboa pode e deve ser mais do que uma montra comercial.** Pode ser um espaço de encontro, de debate, de descoberta. Para isso, precisa de todos os que fazem do livro um ato de liberdade. Excluir quem constrói, dia após dia, alternativas ao modelo dominante não é apenas injusto: é empobrecer a cultura que dizemos defender.

Que a tempestade Kristin não tenha sido apenas meteorológica. **Que a solidariedade com Ansião não se fique pelas palavras.** E que a Feira do Livro de Lisboa, na sua 96.<sup>a</sup> edição, lembre que o livro só cumpre a sua missão quando abre portas – **nunca quando as fecha.**

**Nota do autor:** Este artigo foi escrito com base na nota de imprensa divulgada pela DNL Convergência e Grupo Editorial Divergência em 1 de Março de 2026. Para aprofundar a questão, recomenda-se a leitura da petição nacional disponível em <https://portal.dnlc.pt/peticao.php> e o acompanhamento das respostas institucionais da APEL e da organização da Feira do Livro de Lisboa. A verificação rigorosa de fontes e a transparência na informação são pilares fundamentais do jornalismo que praticamos.